

CAMPINAS, 205 anos e muitos problemas. O Estado de São Paulo,
São Paulo, 14 jul., 1979.

Da sucursal de CAMPINAS

Campinas, 205 anos depois de Barreto Leme, o fundador. Uma cidade com mais de 600 mil habitantes confinados em uma área densamente construída, onde os primeiros e graves problemas começam a preocupar: saneamento, transporte e segurança. As perspectivas para o desenvolvimento da "supercidade" do futuro, composta pela sede da 5ª Região Administrativa do Estado, Paulínia, Sumaré e Valinhos, estão ameaçadas. O rio Atibaia, responsável pelo fornecimento de água, está com sua capacidade comprometida e os lençóis aquíferos do município são vulneráveis e correm sérios riscos de poluição, por má localização das indústrias e pela facilidade que oferece a formação geológica da região. O transporte coletivo é deficiente e em 1981 termina a concessão da CCTC. A segurança preocupa pela situação atual: 420 homens, algumas viaturas e raros equipamentos para atender a uma população de dois milhões de habitantes em 18 municípios.

Apesar da situação não ter atingido ainda o "ponto crítico" que alguns arquitetos e especialistas em urbanismo costumam citar, a Prefeitura Municipal sente incapaz de solucionar os problemas, apesar da boa vontade das administrações que procuraram investir nos três setores carentes. O orçamento, de 1,5 bilhão de cruzeiros, deixa as autoridades municipais com mínimas condições para cumprir as obrigações da Prefeitura em termos de serviços urbanos, particularmente na área de saneamento básico, "cujo custo às vezes é bastante superior à implantação de todos os outros serviços públicos" — diz o prefeito Francisco Amaral, que apesar disso está investindo na construção de reservatórios no total de 24 milhões de metros cúbicos de capacidade.

Na opinião do engenheiro Oswaldo Bagnolli, presidente da Sanasa, órgão responsável pelo abastecimento, o potencial da bacia do Piracicaba — nela se inclui o Atibaia — está sendo equacionado visando o abastecimento da Grande São Paulo "à revelia das demais cidades que não participaram da decisão e nem sequer foram ouvidas a respeito". Colocando esse como o grande problema de saneamento para a região de Campinas, o técnico afirmou

que não acha justo "que nos transfiram um excesso de sua população, legislem sobre nossas bacias e mananciais, e ainda não nos concedam recursos financeiros". Segundo Bagnolli, Campinas tem assegurada uma cota de mais de mil litros por segundo, mas o Banco Nacional de Habitação ao cercear recursos e empréstimos obriga as cidades que não participam do Planasa a se subordinarem às empresas estatais.

Apesar da grande preocupação com o rio Atibaia, os órgãos municipais ainda não sabem efetivamente que tipos de problemas podem ocorrer para o saneamento, devido a vulnerabilidade do solo campineiro. Segundo pesquisa elaborada pelo especialista da USP, Pierre Taltasse, "não existem proteções naturais contra os riscos de poluição a partir da superfície" e além disso, qualquer poluição do lençol "transmitir-se-á, necessariamente aos cursos de água que o drenam" e cujo caminho é o Atibaia.

Basicamente estes são os três mais graves problemas da cidade. O da segurança chegou a atingir proporções que levaram o prefeito a oferecer à polícia 30 viaturas para combater o crime.

CRESCIMENTO POPULACIONAL

Garantir o mínimo indispensável para atender às necessidades de infra-estrutura à população que se fixa na cidade atualmente, mantendo o nível atual, é a meta que deveria ser adotada para não comprometer o padrão de vida do município. No entanto, registrando um crescimento populacional anual de aproximadamente 40 mil habitantes, Campinas encontra-se — devido a política tributária e dívidas assumidas em administrações passadas — com sua qualidade de vida seriamente comprometida.

"O controle do crescimento da cidade não deixa de ser algo que transcende as próprias possibilidades materiais do município, porque a atração que a cidade exerce para as correntes migratórias decorre justamente do desequilíbrio econômico do próprio Estado e da Nação". A afirmação é do arquiteto Miguel Gilberto Paschoal, que participou, em 69/70 da elaboração do Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado — PPDI, hoje totalmente desatualizado.

A atuação do município nesta área, por maior que seja, não é suficiente, porque a cidade não tem condições de atuar

de tal forma que o crescimento migratório não contribua para o seu empobrecimento.

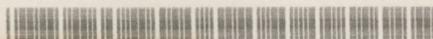
Paschoal defende a necessidade de um novo trabalho de pesquisa, avaliação e proposição de diretrizes para o desenvolvimento da cidade, estabelecendo-se parâmetros para seu crescimento demográfico.

Hoje, com 640 mil habitantes, Campinas é uma cidade sem planejamento e sem recursos. "Enquanto o governo mantiver os municípios marginalizados por uma política tributária que está nos levando a falência, muito pouco poderemos fazer", é a afirmação do prefeito Francisco Amaral. Tanto que o crescimento da demanda por serviços públicos é significativamente superior aos recursos da administração municipal.

Embora 95% da área urbana seja atendida com rede de água e 80% com esgoto — um dos maiores índices do Estado — o problema mais difícil a ser resolvido é o de saneamento básico, porque não há apoio financeiro do BNH e Planasa. E este ano, em pesquisa encomendada pela Prefeitura, registrou-se como o problema mais sentido pela população a falta de segurança.

Na questão da habitação, a Cohab local continua enfrentando o problema do alto custo dos terrenos. Existem atualmente em Campinas mais de 23 mil inscritos nos programas de núcleos habitacionais e uma população de favelados da ordem de 21 mil pessoas, com tendência ao agravamento do quadro.

Ao completar 205 anos, Campinas receberá mais um centro de lazer, com 32 mil metros quadrados, opção do prefeito Francisco Amaral para manter o índice de 4,2 metros quadrados de área verde per capita.





Fotos Waldemar Padovani

Saneamento, transporte e segurança, os maiores problemas dos 600 mil habitantes de Campinas



Centro de lazer a ser inaugurado